

# CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

FOLHA 338 PROC. 098/23

André da Costa Simões  
AGENTE LEGISLATIVO  
Nº 1

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01  
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000  
www.camaralevy.rj.gov.br

**PARECER JURÍDICO PROCESSO Nº 56/2023**

**REFERÊNCIA: MENSAGEM DO EXECUTIVO Nº 056/2023**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município para o Exercício de 2024.

## **I - DO RELATÓRIO**

Trata-se de parecer jurídico acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei - Nº 56/2023, de autoria do Sr. *Claudio Mannarino*, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, diretrizes essas que nortearão a elaboração da Proposta Orçamentária do Município com os Programas, Ações e Metas extraídos estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Projeto de Lei em referência, e seus anexos, foi elaborado de forma específica, em consonância com o que dispõe a Lei Federal nº. 4.320/64, a Constituição Federal, e a Lei Complementar 101/00 (LRF) e legislações pertinentes, com base no Plano Plurianual, tendo como objetivo principal, contemplar com a máxima abrangência todos os seguimentos do município, as comunidades urbanas e rurais, conforme proposições advindas do Plano de Gestão do Governo Municipal.

No presente Projeto de Lei estão previstas as metas físicas e fiscais da LDO/2023, a serem desenvolvidas pela atual gestão, cujas ações resultaram das propostas inseridas no PPA em execução.



# CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

FOLHA 339 PROC. 091/

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01  
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000  
www.camaralevy.rj.gov.br

Alexandre da Costa S.  
AGENTE LEGISLATIVO  
Nº 1

Nesse contexto, a LDO é uma importante peça de planejamento que direcionará as demandas que serão priorizadas pela Administração Municipal para o próximo exercício.

Os valores financeiros destinados a cada programa governamental para o exercício de 2024 foram estimados com base no histórico orçamentário e financeiro do Município, estimando-se o montante consolidado de receitas na ordem de R\$ 105.438.840,86 conforme se extrai dos ANEXOS e DEMONSTRATIVOS que integram o presente Projeto de Lei.

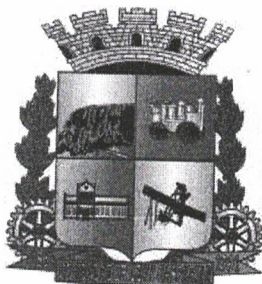
As ações a serem desenvolvidas farão parte do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024, produzida e apresentada oportunamente para apreciação da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian.

É o breve relato dos fatos.

## II - DO MÉRITO

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, I da Constituição Federal e art. 15, I da Lei Orgânica do Município.

Verifica-se, outrossim, que a iniciativa de projetos desta natureza é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme se observa na análise conjunta do artigo 165, III da Constituição Federal e artigo 72, IV da Lei Orgânica Municipal, portanto, sob o aspecto jurídico, nada obsta a regular tramitação do projeto, cabendo aos nobres vereadores a análise do mérito.



# CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

FOLHA 340 PROC. 098/2

Agente da Costa Sim  
AGENTE LEGISLATIVO  
Anat. 1

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01  
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000  
[www.camaralevy.rj.gov.br](http://www.camaralevy.rj.gov.br)

Verifica-se que, de acordo com a justificativa apresentada nos autos, o atraso na remessa do presente Projeto de Lei para a devida apreciação, se deve a troca do sistema e adaptação necessária da Secretaria de Fazenda.

No que tange aos Anexos que obrigatoriamente devem ser encaminhados juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA, vejamos o que dispõem os artigos 5º e 7º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.



# CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01  
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000  
www.camaralevy.rj.gov.br

Agente da Costa Sim...  
AGENTE LEGISLATIVO  
Matr. 1

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Feita a leitura deste artigo, esta Assessoria Jurídica **RECOMENDA** aos membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Orçamentos, que solicitem



FOLHA 342 PROC. 098/23

# CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Antônio da Costa Simões  
AGENTE LEGISLATIVO  
Matr. 1

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01  
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000  
www.camaralevy.rj.gov.br

parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa Legislativa, a fim de verificar a regularidade dos anexos fiscais indispensáveis.

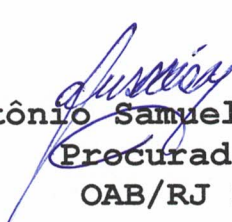
### III- CONCLUSÃO

**Ante o exposto**, esta Assessoria Jurídica, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, após observada a recomendação prevista neste parecer, **OPINA pela viabilidade técnica desta proposição.**

No que tange ao mérito, esta Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores e as comissões no uso da função legislativa, verificar os anexos e a viabilidade ou não da sua aprovação, respeitando-se as formalidades legais e regimentais vigentes.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Comendador Levy Gasparian, 09 de janeiro, de 2024.

  
Antônio Samuel Carlos César  
Procurador Geral  
OAB/RJ 229.092